

Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça *

Até à guerra dos dois irmãos a partir da correspondência comercial de Manuel Pedro Guimaraens (1822-1832)

O Vinho do Porto rendeu a Portugal, nestes últimos séculos, algumas alegrias e outras tantas amarguras. Cedo envolveu em si todo um Vale, a montante produzindo-o, a jusante envelhecendo-o e comercializando-o. E quando lhe faltou as gentes do Douro, não hesitou em ir buscá-las ao Minho ou às Beiras. Mas foi preciso recorrer aos ingleses para que fosse condignamente apreciado e conhecido. Com os durienses apuraram-se as técnicas de produção e de envelhecimento; mas, com os britânicos, formou-se a arte de beber este néctar que Deus providenciou e que o homem preparou com as suas próprias mãos.

A História do Vinho do Porto gerou momentos de prosperidade na economia nacional, foi matéria de tratados internacionais, consagrou companhias monopolistas e deu ao mundo a sua primeira região demarcada. Mas, se foi motor de arranque, também foi peça de engrenagem, sofrendo as consequências das mais diversas conjunturas – internas e externas. Por isso, não esteve alheada dos acontecimentos que abalaram todas as estruturas nacionais, que opuseram famílias, que colocaram príncipes-irmãos em campos opostos da mesma batalha.

As Lutas Liberais (1828-1834), ou como os ingleses gostam de chamar, a Guerra dos Dois Irmãos, também foi sentida pelas companhias do Vinho do Porto.

* Licenciado em História, Variante de Arte, pela FLUP.

Queremos aqui deixar os nossos agradecimentos ao Senhor Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira, pelo incentivo e pelo convite que nos fez; à Senhora D. Magdalena e Senhor Bruce Guimaraens, pelo entusiasmo com que aceitaram a proposta de estudo sobre o fundador da família e da empresa e pela confiança e amizade na disponibilização do seu arquivo privado; e ao Senhor Sérgio Paulos da Fonseca, pela ajuda gráfica que nos deu. Ao Senhor Dr. João Paulo Guínea Barbosa agradeço com retroactivos – quem pode, pode! E, como os últimos são sempre os primeiros, gostaríamos de deixar um agradecimento muito especial à Senhora D. Maria de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, nossa mãe, a eterna primeira leitora e crítica, que tanto incentivo nos tem dado para continuarmos a trabalhar.

Ainda que na sua fase de arranque, a *Fonseca Guimaraens* foi uma dessas empresas que lutou contra as adversidades, impondo-se e crescendo no mercado internacional. É este processo que antecedeu a Guerra Civil que nós tentámos analisar, a partir da correspondência comercial de Manuel Pedro Guimaraens, fundador da empresa e da dinastia Fonseca Guimaraens. No conjunto de cartas, facturas e recibos que tivemos ao nosso dispor, foi-nos possível reconhecer toda uma acção comercial condicionada pela política da época.

Manuel Pedro Guimaraens nasceu em São Romão da Ucha, concelho de Barcelos, no ano de 1795¹. Filho de João Gonçalves e de D. Mariana, foi o mais velho de três irmãos. Do secundogénito, João, sabe-se que viveu em Sande, Guimarães. Da mais nova, D. Justa, chegaram-nos notícias do seu casamento, em cuja geração se mantinha, há alguns anos atrás, a casa de São Romão da Ucha, onde, muito provavelmente, terá nascido Manuel Pedro.

Os alvares do liberalismo tê-lo-ão encontrado no Porto, onde conheceu os senhores Fonseca e Monteiro, seus futuros sócios. Em 1822, ingressou no grupo daqueles que procuraram refúgio em Londres². Os motivos desta fuga parecem-nos evidentes, tanto mais que a família guarda memória da causa liberal que o seu antepassado abraçava, contando que escapou às autoridades escondido numa pipa de Vinho do Porto vazia. Quando do seu embarque, Manuel Pedro usava já o nome Guimaraens, em vez do Gonçalves de seu pai. Esta alteração do nome ficou a dever-se, segundo o Dr. Rui Gomes da Costa³, a uma tentativa de protecção da sua família de suspeições e perseguições das autoridades absolutistas⁴.

Em Londres, tornou-se a pedra angular dos negócios internacionais da firma *Fonseca & Monteiro*, com a qual fundou uma nova sociedade, ainda no ano de 1822. Esta primeira fase ficou marcada pelo estabelecimento de contratos de quatro anos, que foram sendo renovados até Manuel Pedro Guimaraens adquirir a

¹ Na sua certidão de óbito (recolhida no Gabinete Geral de Registos, em Londres) informa-se que, em 1858, Manuel Pedro Guimaraens tinha 63 anos, pelo que deve ter nascido em 1795. Num papel avulso do Arquivo da Família Guimaraens (A.F.G.) pode ler-se: «*M.P.G. I can only suppose that the year of his birth (1795) was arrived at by deducting his age at death from the year in which he died. A common but not reliable method. I think that there is no doubt that he was born 29 June, the feast of St. Peter and Paul*».

² No A.F.G. guarda-se uma cópia do recibo do bilhete do barco que o levou até Londres: «*Received from Mss. Fonseca & Monteiro of this City, the amount of Ten Pounds Sterling, being paid to the Passage of Mr. Manoel Pedro Guimaraens, who is going in my Brig Enterprise bound to London. Porto 11th June 1822. George Shutton*».

³ A.F.G., carta datada de S. Romão da Ucha. 10 de Fevereiro de 1931; o Dr. Rui Gomes da Costa foi pároco de São Romão da Ucha.

⁴ Como Manuel Pedro, muitos outros mudaram o seu nome, tentando proteger as suas famílias; damos um exemplo que encontrámos nas cartas deste arquivo: Francisco de Barros Carneiro, fidalgo de Sabrosa, passou a Inglaterra com o nome António Ferreira da Costa (A.F.G., carta de J. F. Ferreira de Castro, datada de St. Omer, 1 de Junho de 1831).

totalidade da empresa. Nos cabeçalhos das facturas os nomes dos três sócios apareceram lado a lado durante alguns anos: *Fonseca, Monteiro & Guimaraens*, *Fonseca, Guimaraens & C^a* e *Fonseca, Monteiro & C^{as}*.⁵ Foram os anos em que se lançaram as bases para um futuro promissor.

A partir da capital britânica, correspondeu-se com alguns nomes sonantes das sociedades liberal portuguesa e inglesa. Com o ilustre escritor Almeida Garrett, não só manteve negócios, como conviveu nos mesmos salões⁶. O mesmo tipo de contactos teve com Fernandes Tomás, fundador do Sinédrio e membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (1820)⁷. De negócios, tratou com António Maria de Albuquerque, fidalgo beirão que fez parte do Congresso Constituinte (1837) e que foi ainda deputado em 1834-36 e em 1840⁸; com Dias Guimarães, comerciante do Porto; com Alexandre Alberto de Serpa Pinto, avô materno do grande explorador de África dos fins do século; com Joseph Van Zeller, também ele um comerciante de Vinho do Porto. Negociou arte com Guilherme Kopke, membro da empresa que tem o seu nome, e com o Barão de Linstow⁹. De questões políticas, trocou ideias com J. Fortunato Ferreira de Castro, emigrado em Bruxelas¹⁰. Com J. R. dos Santos, o português que foi cônsul do Brasil na Dinamarca, manteve uma extensa correspondência, discutindo a situação política europeia e relatando os acontecimentos sociais do seu tempo¹¹.

Além destes, muitos outros homens da política e dos negócios trocaram correspondência com Manuel Pedro Guimaraens durante os conturbados anos de 1828-32. A Londres, chegaram cartas de aquém e de além Atlântico, desde o Porto até ao Rio de Janeiro, passando por Lisboa, Bruxelas, Bruges, Paris, Altona, Hamburgo, Liverpool, Plymouth, etc¹².

Se a primitiva sociedade comercial se destinava à exportação de Vinho do Porto, cedo a *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* deixou a exclusividade vitícola,

⁵ A.F.G., facturas datadas de 3 de Junho, 22 de Agosto e 26 de Setembro de 1826, respectivamente.

⁶ A.F.G., carta de José Gomes Monteiro, datada do Porto, 3 de Junho de 1831, lê-se: «[...] Vejo que tinha entregado £16 ao Garrett [...]. O Garrett vem fazer visita a convite do Sr. Santos».

⁷ A.F.G., cartas datadas de 22 de Maio e de 10 de Setembro de 1830.

⁸ A.F.G., carta datada de Plymouth, 14 de Setembro de 1830; esta carta tem um belíssimo selo em lacre, com as armas.

⁹ A.F.G., várias cartas, datadas dos anos de 1829-34, nas quais chegam a incluir-se listagens de peças a leiloar em Londres, Hamburgo, Berlim e Dresden.

¹⁰ Estas cartas relatam minuciosamente alguns dos acontecimentos políticos passados em diversos países da Europa, como sejam: a morte do rei Jorge IV de Inglaterra (1830), os acontecimentos políticos em França (1830), a revolta que conduziu à independência da Bélgica (1831); paralelamente, dão-nos informações sobre a situação política nacional e sobre o ânimo que os exilados mantinham perante o miguelismo, a Regência e as notícias recebidas sobre o estado do governo brasileiro de D. Pedro.

¹¹ No conjunto de cartas escritas por J. R. dos Santos encontrámos detalhadas descrições do surto de cólera que assolou a Europa em 1832; outras cartas complementam estas informações, resultando de todo o conjunto um pormenorizado relato dos factos.

¹² Estas são as proveniências mais frequentes de todo o conjunto de cartas.

para se dedicar a outras vertentes; disto nos informa Manuel Pedro, numa carta de apresentação, escrita ao comerciante lisboeta Manuel da Costa Novais, que transcrevemos em parte: «*Não obstante este nosso estabelecimento ser originalmente um negócio de vinhos de nossa propria conta nos temos com tudo d'alguns annos a esta parte empregado em outros ramos do negocio, como sejam effectuar seguros, compra de fazenda, isto por felismente termos podido trazer a qualidade dos nossos vinhos e huma perfeição que para despormos da porção que achamos regular annualmente e aqui anda por perto de 1000 pipas nos há occasião a podermos devidir o nosso tempo e a aplicar huma parte delle a outros meios a transacções*»¹³.

A mesma ideia é reafirmada pela carta dirigida a J. Bousquet, negociante em Trieste: «*Nos abilção a podermos desempenhar que VM para o futuro nos queira obsequiar em ordenar*»¹⁴.

Dos muitos negócios em que se viu envolvido, podemos dar alguns exemplos, que facilmente encontrámos nas suas cartas. Tratou das heranças dos irmãos Pereira Barreto, das Beiras, e de Luís António da Silva Meira, do Porto. Comprou e vendeu fazendas da Baía, através de José Joaquim Alves, Vicente Gonçalves Rio Tinto e Manuel Lopes de Azevedo. Traficou lãs e algodão em nome de J. R. dos Santos e de J. M. Barros, negócio de que mantinha uma escrupulosa informação, de forma a saber as oscilações e as previsões semanais do mercado. Também para as muitas importações de açúcar guardou registos. Passou pelos couros, pelo arroz, pela manteiga e azeite, pelos tabacos (em bruto, em rapé e em charuto), pelas drogas, etc. Informou-se periodicamente dos preços de cobre. Manteve agentes em vários portos, que o iam informando da chegada, das quantidades e da proveniência dos mais diversos produtos. Fez seguros de navios saídos dos portos portugueses e brasileiros¹⁵. Interessou-se pela compra e venda de objectos de mobiliário e de arte, recebendo listagens de peças a leiloar através do Barão de Linstow. Foi procurador da Maria Angélica Monteiro, viúva de um dos sócios da empresa, na gestão dos dinheiros para a educação londrina dos seus três filhos.

A *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* contribuiu com empréstimos para a causa liberal – causa que, como já foi dito, Manuel Pedro abraçava –, enviando remessas de dinheiros para a sobrevivência dos exilados em Inglaterra e em França, para a compra de barcos de transporte de tropas e de material militar, etc. O arquivo que nós estudámos guarda cartas de pedidos de empréstimos e de adiantamentos sobre montantes que deveriam chegar do Brasil, assinadas por homens que conheciam pormenores dos planos de desembarque de D. Pedro e do Marechal

¹³ A.F.G., carta datada de Londres, 18 de Fevereiro de 1829.

¹⁴ A.F.G., carta datada de Londres, 18 de Setembro de 1829.

¹⁵ Apenas em 1829 seguiu mais de trinta navios diferentes, provenientes do Brasil e com destino ao Porto, Lisboa, Hamburgo, Liverpool e Bristol.

Saldanha. Estes empréstimos, mais as doações, as assinaturas, as subscrições e o incansável esforço organizativo valeram-lhe uma carta de louvor «à lealdade e patriotismo [...] e aos serviços por ele prestados»¹⁶ e o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁷, mais tarde elevado a comendadoria¹⁸.

Mas foi o comércio de Vinho do Porto o centro da actividade da empresa e a base estatutária da sociedade. Nos sucessivos contratos entre os três sócios existem referências a este facto: «[...] vejo que VM quer continuar na sociedade, que temos em vinhos, por mais 4 annos, e tambem fico sciente da explanação que na mesma fás do progreço que tem feito a mesma Sociedade»¹⁹. Em 1829, não obstante a má situação do mercado²⁰, a Fonseca, Monteiro & Guimaraens dava-se ao luxo de concorrer com outras empresas, comprando 2000 pipas, pagas acima da média²¹. E os resultados excediam as expectativas: o montante de vendas crescia em 100 pipas por ano²², mesmo com alguns problemas de escoamento de stocks²³. Os preços tiveram de ser ajustados; Manuel Pedro, numa carta escrita para os escritórios da firma, no Porto, propunha o mesmo preçário que a Real Companhia applicava; noutra, era informado do carregamento de pipas com preços «at the terms of the Royal Wine Company»²⁴.

¹⁶ A.F.G., carta da Rainha D. Maria II, datada do Palácio das Necessidades, 7 de Janeiro de 1837.

¹⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), alvará de 30 de Dezembro de 1836 (D. Maria II).

¹⁸ A. N.T.T., decretos de 14 de Março de 1837 (D. Maria II).

¹⁹ A.F.G., carta de Maria Angélica Monteiro, datada do Porto, 19 de Janeiro de 1829; nesta carta estipula-se a manutenção dos estatutos pelos quais a empresa se vinha regendo: «O Sr. João dos Santos Fonseca aqui veio para combinar comigo a este respeito, e ficamos de conformidade de que continue a dita Sociedade por mais os dittos quatro annos, alem dos estipulados na Escripura da Sociedade que findão em Março proximo devendo os 4 annos findar em 1833 e esta continuação seja debaixo das condições da sofrida Escripura, ficamos por entanto esta fazendo parte do mesmo». A confirmação da manutenção da sociedade veio a 10 de Fevereiro de 1829, na carta de J. dos Santos Fonseca: «[...] respondo a VM que tambem estou prompto a continuar em dita Sociedade, e da mesma por mais os quatro annos referidos ».

²⁰ A.F.G., num esboço de uma carta mandada por Manuel Pedro Guimaraens a um cliente, datada de Londres, 22 de Maio de 1829 lê-se: «[...] and tho' the trade has been very flat lately we have no doubts it will arrive in Autumn». Esta situação vinha-se arrastando desde os princípios desse ano, como nos confirma um outro esboço de carta, enviada aos senhores Cummins & Brothers, a 30 de Janeiro de 1829: «Our market for Port Wines here is rather flat, but is the general opinion that in the Spring it will reverse a little more than we expect to despose of some parcels we have at present».

²¹ A.F.G., carta de J. dos Santos Fonseca, datada do Porto, 10 de Fevereiro de 1829: «O armazem que alugamos anda por 2000 pipas; e o preço he a 810 reis, e me custou muito a arranjarlo por haver mais pretendentes e a offerecerem dinheiros adiantados para os fazer e do que tem havido precizão».

²² A.F.G., carta de Manuel Pedro, datada de Londres, 28 de Janeiro de 1829.

²³ A.F.G., são diversas as cartas onde Manuel Pedro se refere ao problema do escoamento dos vinhos que, segundo nos informa, se devem a questões gerais de mercado, aos preços e à qualidade de alguns vinhos que lhe chegavam.

²⁴ A.F.G., carta datada do Porto, 18 de Fevereiro de 1829.

Enquanto Manuel Pedro Guimaraens fazia esforços na comercialização dos vinhos em Inglaterra, os trabalhos de selecção na origem pertenciam a João dos Santos Fonseca: «*Mr. Fonseca had arrived from Douro where he made his purchase of the last vintage at the very best Quintas*», escrevia Manuel Pedro a um cliente. No Douro, a empresa debatia-se com os crónicos males de um Vale agrícola, obtendo o precioso néctar com algumas dificuldades; leia-se um extracto da carta de J. S. Fonseca a Manuel Pedro: «*Tão bem diligencieie o quanto me seja possível para arranjar alguns vinhos à sua consignaçoão; porem ha muitos que antes querem vendelos aqui para não pagarem as despezas d'essa, que disem elles serem grandes, e o mais que elles não se enganão; e vendido aqui he certo que apurão mais pelo vinho; mas com o tempo tudo se hade ir arranizando, e Deus permita a dar-nos sucego e vida para pudermos trabalhar com gosto e vantagens*»²⁵.

A qualidade dos vinhos exportados teve de ser apurada, muito contribuindo para isso os relatórios que Manuel Pedro mandava aos seus sócios, por cartas sucessivas, onde ia fazendo o ponto da situação: «*[...] he verdade que os nossos vinhos velhos MP não são velhos nem tambons como os que tivemos o anno passado das mesmas marcas*»²⁶; e «*[...] As meias pipas de vinho que temos recebido da Casa depois daquelles para Portland, tem sido milhores do que aquellas porem assim mesmo não são boas, e continuão a apparecer bastantes que he percizo trazellas e as que se lhe pode escuzar isso vem pela maior parte mal rebatidas ou outra cousa que ellas estão lagrimejando ou he percizo acudir-lhes logo*»²⁷. Também a qualidade das pipas teve de ser revista, ou não dependesse daí grande parte da valia do precioso néctar: «*[...] VM. se mortifica e fas as deligencias para que os tanoeiros fação cascos bem [...]. O perjuizo que daqui nos tem rezultado não tem sido muito porem, he percizo que se evite para que não venha a ser maior*»²⁸.

Entre as cartas de encomenda e de venda de vinhos recebidas na empresa, podemos ver frequentes referências a *vintages*, criteriosamente seleccionados por João dos Santos Fonseca, nas suas muitas digressões pelo Douro²⁹. «Garrafas velhas» e «garrafas novas» de Vinho do Porto são expressões correntes nas facturas e recibos existentes, indicando-nos haver já uma clara diferenciação entre os produtos postos à disposição dos clientes da empresa. Este cuidado é notório nas cartas escritas, em Londres, por Manuel Pedro, que não só vai informando os

²⁵ A.F.G., carta datada do Porto, 6 de Abril de 1829.

²⁶ A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

²⁷ A.F.G., outro esboço de carta enviada por de Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

²⁸ A.F.G., outro esboço de carta enviada por de Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

²⁹ A.F.G., numa carta enviada por Manuel Pedro Guimaraens a um cliente, datada de Londres, 22 de Maio de 1829, pode ler-se: «*Mr. Fonseca had arrived from Douro, where he made his purchase of the last vintages at the very best Quintas*»; depoimento confirmado com outras cartas.

sócios da existência de vinhos bons postos à venda pelos produtores³⁰, como também vai indicando as preferências do mercado³¹.

E o negócio foi crescendo, aparecendo contratos vantajosos para a empresa, como os que estabeleceu com a Evans Butler & Sons, com a G. & B., com a Leathers & Brothers e com a Cummins Brothers, firmas que disputavam os melhores vinhos do mercado, facto que revela a grande qualidade de oferta de que a *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* já dispunha. E as quantidades transaccionadas com as ditas empresas eram tão grandes que chegavam a pôr em dúvida a capacidade de resposta: «*Elles pedem bastantes quartos e não sabemos se VM. os terão promptos mas esperamos que sim ou pedirão emprestados [...]*»³². Por esta altura, os grandes concorrentes eram – como nos informa o próprio Manuel Pedro –, para além da poderosa Real Companhia, as empresas Van Zeller, Sandeman e Soares (Jordão & C^o).

As marcas de fogo que as pipas ostentavam desenhavam um orgulhoso MP, as iniciais de Manuel Pedro. Entretanto, era o próprio Manuel Pedro quem ia dizendo aos seus sócios que poderiam usar outras marcas: «*Elles não se emportão da marca de fogo que elles tragão e por isso o pedem por aqui lá tem o F*»³³; e, por variadas vezes, venderam-se vinhos marcados com VM (Valentim Morris – nome de um fornecedor), com FM (Fonseca & Monteiro) e com F (Fonseca).

O mercado ocupado pela *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* foi, desde o princípio, direccionado para as exportações, não se limitando ao Reino Unido. Quando as importações vinícolas britânicas se viraram para países de produção mais barata – como era o caso da Espanha –, deixando num estado económico caótico os agricultores do Douro e os comerciantes do Porto, a empresa detinha já um sólido mercado brasileiro, que fazia compras substanciais, permitindo-lhe viver despreocupada com o atraso ou o não cumprimento de encomendas: «*Também*

³⁰ A.F.G., a 4 de Março de 1829, Manuel Pedro informa os sócios da existência de bons vinhos que um Sr. Malheiro possuía e que estava disposto a vender a outra casa, pelo que, diz, a empresa devia apressar-se e fazer uma oferta por eles.

³¹ A.F.G., num esboço de carta enviada por Manuel Pedro, datado de Londres, 1829, pode ler-se: «*[...] – também nos recomendão que muito estimão que estes fossem um pouco richer*», numa clara alusão à procura que havia do que então se chamava de «vinho novidade», ou seja, o vinho que «tinha mais carácter e a sua maturação era mais laboriosa e mais lenta. Os vinhos tinham mais corpo, mais alma, mais vida» (in VALENTE-PERFEITO, J. C. – *Arte de Beber o Vinho do Porto*, 1935, p.23). Esta descrição assemelha-se muito àquelas existentes para os *vintages*, que existiram, segundo os especialistas, nos anos de 1815 e 1820 (CARVALHO, Manuel – *A Guide to the Douro and Port Wine*, 1995, p. 125).

³² A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos seus sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

³³ O poder de que a Real Companhia dispunha era enorme e, apesar do afrouxamento do seu papel controlador, abusava das prerrogativas, oferecendo condições desiguais às empresas suas concorrentes.

senão tivermos mandado vinho algum para a Bahia será melhor não o faser por ora ou so humas 10 pipas e estas a Manoel Jose d'Almeida ou a Almeida e Costa e nada a Jose Pereira Leite»³⁴. Por várias vezes, chegaram a Londres cartas provin- das do Brasil, com indicações de que casa havia sido recomendada por terceiros. E nem os acontecimentos políticos brasileiros – que tiveram o seu ponto alto na abdicação de D. Pedro ao trono imperial, em favor do seu filho, no dia 7 de Abril de 1831 – abalaram os negócios com o além Atlântico³⁵.

A *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* foi uma daquelas empresas que soube aproveitar a especialização que o princípio da década de 1820 ofereceu ao Vinho do Porto; por isso, conheceu o período de franca ascensão, que teve o seu ponto alto em 1825, obteve resultados satisfatórios em 1828, e conseguiu manter-se de pé durante os rudes anos da crise de 1829-33. A 21 de Outubro de 1829, no primeiro ano de crise, escrevia Manuel Pedro aos seus sócios: «O nosso objectivo de lhe escrever foi mais para lhe diser o temos ouvido de pendente vendemos nessa e de que todos os vinhos bons ahi se têm vendidos e a preços altos em consequen- cia do mau aspecto do Douro»³⁶. Mesmo sobrevivendo no mercado britânico, as dificuldades foram grandes: «Nas actuais circunstancias isto he, estando o mercado tão mau, he percizo durar estes amigos daqui, e com isso eu conto e faço o que posso»³⁷. As mesmas queixas escrevia a 20 de Outubro de 1829, numa carta³⁸ diri- gida a Ana Maria Alves Loureiro & Filhos, uma casa fornecedora da sua firma.

Entretanto, os anos de 1829-32 conheceram um adensar da situação política portuguesa, que tornou ainda mais caótica a economia nacional. No Douro, os lavradores, ajudados pela Real Companhia, gritaram por preços mais altos e por uma superior qualidade dos vinhos; o alvo atingido foi o conjunto de comerciantes do Porto, que iam comentando: «[...] parece que tudo se conspira contra nós, Deus nos acuda porque he, e nos valha em tantas afflições que ha tanto tempo sofremos»³⁹. Também o comércio se retraiu, como tão visivelmente nos aparece escrito nas cartas do Porto, dirigidas a Manuel Pedro. A 17 de Dezembro de 1829, escre- via-lhe Joaquim José Gomes Monteiro: «Por esta terra nada corre de novo, so cada dia se ouvem mais queixas de parte dos commerciantes, que estão com as mãos debaixo dos braços»⁴⁰. A 29 de Junho de 1830, lia-se na carta de Luís António da Silva Meira: «Meo Amigo, VM. não pode faser huma idea da desgraça em que se

³⁴ A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos seus sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

³⁵ No A.F.G. existe uma carta, datada do Porto, 28 de Agosto de 1831, onde Vicente Gonçalves Rio Tinto afirma que: «A sahida de D. Pedro do Brasil hade causar ao nosso comercio muito transtorno»

³⁶ A.F.G., esboço de carta de Manuel Pedro aos sócios do Porto.

³⁷ A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

³⁸ A.F.G.

³⁹ A.F.G., carta de João dos Santos Fonseca, datada do Porto, 6 de Junho de 1831.

⁴⁰ Idem.

acha o Comercio neste desgraçado paiz e da falta de dinheiro que se tem experimentado»⁴¹. O mesmo dizia J. M. Gomes Guimarães, a 2 de Maio de 1831: «O negócio esta muito mau [...], pela muita falta que ha de dinheiro e pouca confiança»⁴²; depoimento confirmado a 18 de Julho seguinte: «Aqui esta tudo em desgraça [...]. Negócio acabou; ninguem quer receber ou pagar»⁴³. As causas desta retracção também nos são dadas pelas cartas: «Negócio cada vez a menos, falta de confiança publica, não se pode fazer mais nada e algua piquena cousa que se faz he sem vantaje e com muito risco. Veremos se isto toma algua andadura, para pudermos marchar debaixo de confiança. O presente não anuncia Prosperidade, mas sim ruinas. Tudo são misérias, desgraças, atrocidades, aleivosias, finalmente, tudo quanto se pode considerar de mau na sociedade que existe neste piqueno Reino»⁴⁴. Mesmo quando o panorama geral parecia acalmar-se, a esperança de melhores dias não era grande: «Darei que aqui esta tudo em sucego, porem negocio nenhum»⁴⁵; «He perciso que muito entenda que negocio nesta esta perdido»⁴⁶.

Também os acontecimentos políticos frustravam quem esperava por melhores dias. O governo de D. Miguel persistia na sua política anti-liberal; os seguidores de D. Maria continuavam a conspirar contra a ordem vigente na Pátria. Um medo generalizado impedia que se falasse abertamente de política; nas cartas remetidas de e para Portugal, tudo era dito por entrelinhas, «[...] de maneira que não nos julguem nos entretermos em negócios políticos»⁴⁷. Somente alguns valentes se atreviam a contar abertamente o ambiente que se vivia no Porto e a enviar relatórios dos movimentos das tropas miguelistas.

Depois dos dolorosos meses que se seguiram ao estabelecimento do miguelismo, que no Porto levou à prisão e ao cadafalso bastantes pessoas⁴⁸, o ambiente pareceu arrefecer um pouco: «Aqui ha bastante sucego, não tem havido prisoins, nem procurão muito os escondidos; eu não tenho sofrido muito»⁴⁹. Mas logo se

⁴¹ Idem.

⁴² A.F.G., carta datada do Porto, 2 de Maio de 1831.

⁴³ A.F.G., carta datada do Porto, 18 de Julho de 1831

⁴⁴ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 11 de Novembro de 1831.

⁴⁵ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 13 de Agosto de 1831.

⁴⁶ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 20 de Agosto de 1831.

⁴⁷ A.F.G., carta de J. Peixoto Vieira, datada de Braga, 4 de Dezembro de 1829.

⁴⁸ Depois de estabelecida a ordem miguelista no Porto começou uma caça às bruxas: «As denúncias eram profusas; o fanatismo religioso e político, a inveja, o medo, a estupidez e o ódio instigavam os verdadeiros e falsos testemunhos [...]. A fartura de processos impôs a lentidão, que muito irritava os exaltados» (PERES, Damião – *História de Portugal*, p. 174). «[...] no Porto, depois de terem prendido, espancado e torturado milhares de pessoas, centenas das quais foram deportadas para África» (PEREIRA, António Manuel – *Do Marquês do Pombal ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, s/d, p. 69).

⁴⁹ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 2 de Maio de 1831, e confirmada a 23 de Junho seguinte: «Aqui ha muito sucego».

dissiparam as ilusões: «Aqui no dia 14 e 15 andou a Tropa de cacetes a insultar o Povo [...]»⁵⁰.

Dos parágrafos políticos das cartas que nós consultámos podemos retirar curiosos comentários, não só sobre as esperanças mantidas no desenrolar da situação nacional e no regresso breve a Portugal, como também sobre os líderes das duas facções em luta. Assim, podemos concluir que as animosidades não se dirigiam directamente contra D. Miguel, mas antes contra quem o rodeava: «[...] para que Lord Wellington e seus satellites saibam que camelos tem D. Miguel decidindo das vidas dos honrados Portugueses! que desgraça!...»⁵¹. Em contrapartida, e apesar das ideias liberais que os autores das cartas sustentavam, D. Pedro era visto com franca desconfiança geral⁵²: «O Pai Pedro para alguma coisa!! a favor desses desgraçados que estão por causa delle sacrificados e fora da Pátria?»⁵³. As suas atitudes, em vez de darem alguma esperança, suscitavam comentários plenos de cinismo: «O Pedro aurelo de mau cabelo, vai pela França por 2 meses e abandona os desgraçados por sua causa, e então quer no Inverno ir destronar o mano Miguel. O qual dos dois sera melhor, é esse o problema»⁵⁴. E até os brindes feitos àquele que por duas vezes abdicou tinham um sabor amargo: «[...] abrirei uma garrafinha do choco (do que VM. me mandou) e beberei a saude do Pedro, porém creio que a rolha não sai da garrafa para festejar boas obras deste»⁵⁵.

Em nome de D. Maria II, os exilados liberais iniciaram uma contra-ofensiva, na qual participou Manuel Pedro Guimaraens. As suas relações com a causa liberal remontam, pelo menos, a 1822. Voltamos a tomar-lhes o rasto a partir de 27 de Dezembro 1828, data em que mandou encadernar o Hino Português, com uma capa de veludo bordado⁵⁶. O livro resultante foi oferecido à Rainha, numa caixa

⁵⁰ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 18 de Julho de 1831.

⁵¹ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 12 de Janeiro de 1830. Se era um facto que «[...] o povo, de norte a sul do país, trazia (D. Miguel), em imagem, de mistura com os santos dos oratórios» (MATTOS, Armando de, SPRATLEY, Ricardo – *O Porto Histórico, Comercial e Industrial*, p. 33), também o era que «Infelizmente, porém, D. Miguel tinha o raro condão de se rodear de feras, para as quais a vitória sem força, equivalia a festa sem foguetes» (PEREIRA, António Manuel – *Do Marquês do Pombal ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, s/d, p. 68).

⁵² Muito se tem escrito sobre a personalidade de D. Pedro, que nos ajuda a compreender esta desconfiança: «Sem génio para medir calculadamente as consequências de andamento das coisas, D. Pedro, obedecendo aos instintos de uma natureza pertinaz e dura, foi o instrumento, não já de planos alheios, não já de sua dissipada quimera, mas sim de fatalidade apenas» (PERES, Damião – *Daqui Houve o Nome Portugal*, p. 110); «Como Bragança moderno, preocupava-se em ser constitucional; mas o temperamento era de ditador» (MENESES, Bourbon e, SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Figuras Históricas de Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1933, p. 181).

⁵³ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 8 de Julho de 1831.

⁵⁴ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 26 de Agosto de 1831

⁵⁵ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 23 de Setembro de 1831.

⁵⁶ A.F.G., recibo onde se lê: «*Binding the Portuguese Hymn to order an Embroideren velvet cover – £ 7.0.0.*»

comprada a 13 de Janeiro seguinte⁵⁷. Continuou, desde então, a contribuir com dinheiros e com trabalho, servindo de intermediário da correspondência trocada entre as diversas colónias no exílio. A 12 de Janeiro de 1830, J. R. dos Santos enviou-lhe uma carta para que entregasse a um membro da ala liberal: «*Pilhei a incluza carta ao Dezembargador da Rellação do Porto Vasconcellos [...], para dar ao Sr. Pago para que este lhe faça as notas que ele merece, e a mande inserir em alguma folha dessa Ingleza ou Portugueza[...]*»⁵⁸. Tão bem informado deveria andar Manuel Pedro para M. J. Gomes Guimarães lhe pedir notícias e previsões da situação política⁵⁹ e J. R. dos Santos lhe agradecer os relatórios, «*que muito servem para guiar meus arranjos*»⁶⁰.

As informações de Manuel Pedro chegavam de diversas partes da Europa: do Porto, através de M. J. Gomes Guimarães, sabia da composição, das movimentações, das posições e das dificuldades das tropas miguelistas. De Bruxelas, pela mão de José Fortunato Ferreira de Castro, ficava informado das expectativas mantidas pelos portugueses exilados. De Altona, via J. R. dos Santos, cônsul do Brasil nessa cidade dinamarquesa, obtinha relatórios actualizados dos projectos de D. Pedro e do Marechal Saldanha, dos acontecimentos políticos europeus e das expectativas mantidas na mudança de regime.

O desejo de Manuel Pedro Guimaraens em regressar à Pátria era grande, como deixa entrever nos muitos esboços de cartas por si enviadas aos seus sócios e amigos. Mas esse dia foi sendo adiado, de um inverno para a primavera seguinte, de um ano para o outro. A ajuda do governo brasileiro, ainda veio dar algum alento aos apoiantes da causa, mas a demora de acção dos liberais impedia avanços significativos, suscitando comentários ao estado do País: «*[...] este mundo enganador aos trambulhões do que estou a ouvir a meludiosa música e cantata que no Reino da Glória fazem os anjinhos aos bem aventurados...*»⁶¹. E mais descontentes ficaram, quando o governo francês apertou os exilados em Paris, endurecendo as suas posições, o que deixou «*o Miguel em pandarecos de contente*»⁶². Foi preciso esperar pela instalação da Regência na Terceira, pela abdicação de D. Pedro ao trono imperial, pela ascensão de Luís Filipe em França e pela mudança de reinado em Inglaterra, para que todos os liberais portugueses voltassem a trabalhar como um só grupo na luta pelo regresso de D. Maria II ao trono pátrio.

Quanto à *Fonseca, Monteiro & Guimaraens*, continuou o seu percurso de sucesso, em grande parte direccionado para as exportações. Na década de 1840,

⁵⁷ A.F.G., recibo onde se lê: «*A box to contain a book intended for the Queen of Portugal – £ 7.12.0*».

⁵⁸ A.F.G., carta datada de Altona, 12 de Janeiro de 1830.

⁵⁹ A.F.G., carta datada do Porto, 7 de Fevereiro de 1830.

⁶⁰ A.F.G., carta datada de Altona, 22 de Julho de 1831.

⁶¹ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 26 de Janeiro de 1830.

⁶² A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 26 de Março de 1830.

batalhava com as grandes empresas pelo mesmo mercado. Em breve, a firma adoptou o nome *Fonseca Guimaraens*, homenageando, desta forma, aqueles que mais contribuíram para o enraizamento e para a continuidade da qualidade. Este nome passou para a descendência de Manuel Pedro, que o ostenta com orgulho. Hoje, produz e vende Vinhos do Porto vários e vinhos de mesa, reconhecidos pela sua qualidade.

As últimas cartas do Arquivo da Família Guimaraens dão-nos detalhes preciosos sobre o período que antecedeu a Guerra dos Dois Irmãos. Porém, não nos cabe aqui expor essas informações. Quisemos, antes, demonstrar as expectativas e os sentimentos mantidos pelos exilados liberais ligados ao comércio do Vinho do Porto. Esperemos que esta comunicação sobre a vida política de Manuel Pedro Guimaraens, que, sem dúvida, condicionou a sua acção comercial, possa ajudar todos aqueles que investiguem este período, quer na área dos estudos históricos do Douro, quer na área dos estudos sócio-políticos nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Correia de – *O Douro Maravilhoso*, s/d.
- AMARAL, J. Duarte – *O Grande Livro do Vinho*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- CARVALHO, António – *A Guide to the Douro and Port Wine* (versão inglesa traduzida por Magdalena Gorrell Guimaraens), Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- COSTA, Francisco Barbosa da (coord.) – *História de Gaia*, vol. I, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1985.
- COUTINHO, D. António-Xavier da Gama Pereira – *D. Pedro e D. Miguel na Génese do seu Ciclo Histórico*, Porto, Diário do Porto, 1943.
- LIMA, José Joaquim da Costa – *O Vinho do Porto no Passado e no Presente*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1940.
- MATTOS, Armando de; SPRATLEY, Ricardo – *O Porto Histórico, Comercial e Industrial*, Porto, Empresa Águila, 1933.
- MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- MENESES, Bourbon e; SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Figuras Históricas de Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1933.
- PEREIRA, António Manuel – *Do Marquês do Pombal ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, s/d.
- PERES, Damião – *Daqui Houve o Nome Portugal*, 2ª edição, Porto, Editorial Inova Limitada, 1965.
- PERES, Damião – *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- PIJOAN, José – *História do Mundo*, vol. 8, Lisboa, Alfa, 1973.
- PINTO, Albano da Silva; BAËNA, Visconde de Sanches de – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª edição, vol. I, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1983.

- RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1994.
- RODRIGUES, António Simões (coord.) – *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- TEVES, Vasco Hogan – *Datas e Factos da História do Mundo*, Verbo Editora, 1972.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

